

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I – HISTÓRICO DA LIMITAÇÃO DO USO DA FORÇA E DA INTERVENÇÃO NO PLANO INTERNACIONAL..... 11	
1.1 A regulamentação do uso da força armada no direito internacional.....	11
1.2 <i>Jus ad bellum</i> .....	12
1.2.1 Guerra justa .....	13
1.2.2 O positivismo no direito internacional.....	14
1.2.3 O equilíbrio de poder entre as grandes potências no século dezenove.....	31
1.2.4 Liga das Nações .....	36
1.2.5 Pacto Kellogg-Briand.....	45
1.2.6 As Nações Unidas .....	47
1.3 <i>Jus in bello</i> .....	47
1.4 Apontamentos finais .....	56
CAPÍTULO II - A PROIBIÇÃO DA AMEAÇA OU DO USO DA FORÇA NA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS..... 57	
2.1 Antecedentes da Carta das Nações Unidas.....	57
2.2 Carta das Nações Unidas: propósitos.....	60
2.3 Carta das Nações Unidas: princípios norteadores.....	66
2.4 Proibição da ameaça ou do uso da força .....	69
2.4.1 Conceito de força.....	74
2.4.2 Ameaça da força.....	75
2.4.3 Relações internacionais .....	76
2.4.4 Integridade territorial ou independência política .....	80
2.5 Exceções à proibição da ameaça ou do uso da força.....	83
2.6 Legítima defesa .....	85

2.6.1	Direito inerente (natural) de legítima defesa .....	88
2.6.2	Legítima defesa coletiva .....	93
2.6.3	Ataque armado .....	100
2.6.4	Ato de agressão .....	105
2.6.5	Legítima defesa de membro das Nações Unidas e <i>jus cogens</i> .....	109
2.6.6	Legítima defesa como direito temporário .....	109
2.6.7	Dever de informar .....	111
2.6.8	Legítima defesa de embarcações e aeronaves .....	113
2.6.8	Autoridade e responsabilidade do CSNU .....	114
2.6.9	Legítima defesa e represálias armadas .....	116
2.7	Apontamentos finais .....	117

### CAPÍTULO III – O PRINCÍPIO DA NÃO-INTERVENÇÃO NA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS .....

	CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS .....	121
3.1	Princípio da não-intervenção .....	121
3.2	Conceito de intervenção .....	128
3.2.1	Instrumentos normativos .....	128
3.2.2	Doutrina .....	137
3.2.3	Jurisprudência .....	139
3.3	Assuntos de competência interna dos Estados .....	145
3.3.1	Competência interna .....	146
3.3.2	Critério para a determinação da competência interna .....	152
3.3.3	Órgão decisório .....	153
3.4	Os órgãos das Nações Unidas e a solução pacífica de controvérsias... 154	
3.4.1	Assembleia Geral das Nações Unidas .....	154
3.4.2	Corte Internacional de Justiça .....	157
3.4.3	Conselho de Segurança das Nações Unidas .....	159
3.4.4	Capítulo VI da Carta das Nações Unidas .....	163
3.5	Apontamentos finais .....	164

### CAPÍTULO IV – O CONSELHO DE SEGURANÇA E A MANUTENÇÃO DA PAZ E DA SEGURANÇA INTERNACIONAIS .....

	CONSELHO DE SEGURANÇA E A MANUTENÇÃO DA PAZ E DA SEGURANÇA INTERNACIONAIS .....	167
4.1	O Capítulo VII da Carta das Nações Unidas .....	167
4.1.1	Fundamentos .....	167
4.1.2	Direito internacional .....	168
4.1.3	Medidas coercitivas .....	173
4.1.4	Sistema de segurança coletiva .....	174
4.2	A atuação do Conselho de Segurança entre 1946 e 1989 .....	177
4.2.1	Unidos para a Paz .....	181
4.2.2	As operações de manutenção da paz e o “Capítulo VI e meio” .....	184
4.3	A atuação do Conselho de Segurança desde 1990 .....	188
4.3.1	As Guerras do Golfo .....	194
	Primeira Guerra do Golfo .....	194

Segunda Guerra do Golfo .....	195
Consequências das duas Guerras do Golfo .....	196
4.3.2 Reunião de cúpula de 1992 .....	198
4.3.3 Agenda para a Paz .....	200
Mudanças no contexto internacional .....	200
Novas soluções para novos desafios .....	202
4.3.4 Suplemento da Agenda para a Paz .....	205
Mudanças qualitativas: conflitos internos, operações de paz e ações coercitivas .....	205
Lições da Somália e Bósnia .....	208
Das sanções amplas às sanções seletivas .....	210
4.3.5 Nós os Povos e a cúpula do milênio .....	211
As Nações Unidas ao final do século 20: Kosovo e Timor-Leste .....	211
Nós os Povos: nova orientação das questões internacionais .....	214
Dilema da intervenção .....	216
Outros temas .....	217
4.3.6 Um Mundo Mais Seguro e Em Uma Liberdade Mais Ampla .....	218
Um Mundo Mais Seguro: nossa responsabilidade compartilhada .....	218
Em Uma Liberdade Mais Ampla .....	223
4.3.7 Cúpula mundial de 2005 e o Documento Final .....	224
Responsabilidade de proteger .....	224
4.4 Apontamentos finais .....	225

## CAPÍTULO V – INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS E AÇÕES COERCITIVAS COM FINS HUMANITÁRIOS DO CONSELHO DE SEGURANÇA .....

229	229
5.1 Introdução à temática das intervenções humanitárias .....	229
5.2 Definição de intervenção humanitária .....	236
5.3 Intervenções humanitárias unilaterais (1945-1990) .....	239
5.3.1 Intervenção da Bélgica no Congo em 1960 .....	240
→ 5.3.2 Intervenção da Bélgica e dos EUA no Congo em 1964 .....	241
5.3.3 Intervenção dos EUA na República Dominicana em 1965 .....	244
5.3.4 Intervenção da Índia no Paquistão do Leste em 1971 .....	246
5.3.5 Intervenção da França e da Bélgica no Zaire em 1978 .....	249
5.3.6 Intervenção do Vietnã no Camboja em 1978 .....	250
5.3.7 Intervenção da Tanzânia em Uganda em 1978-1979 .....	253
5.3.8 Intervenção da França na África Central em 1979 .....	256
5.3.9 Intervenção dos EUA em Granada em 1983 .....	258
5.3.10 Intervenção dos EUA no Panamá em 1989 .....	260
5.4 Intervenções humanitárias coletivas (1990-2005) .....	262
5.4.1 Intervenção da CEDEAO na Libéria entre 1990 e 1992 .....	263
5.4.2 Zonas de exclusão aérea no Iraque entre 1991 e 2003 .....	267
5.4.3 Intervenção da CEDEAO na Serra Leoa em 1997-1998 .....	271
5.4.4 Intervenção da OTAN na Antiga República da Iugoslávia em 1999 ...	274

5.5 Ações coercitivas com fins humanitários.....	284
5.5.1 Iugoslávia em 1991-1992.....	285
5.5.2 Somália em 1992-1993.....	286
5.5.3 Ruanda em 1994.....	291
5.5.4 Haiti em 1991-1994.....	293
5.5.5 Zaire em 1996.....	295
5.5.6 Albânia em 1997.....	296
→ 5.5.7 Timor-Leste em 1999.....	297
5.6 Das intervenções humanitárias às ações coercitivas.....	298
5.7 Apontamentos finais.....	306

## CAPÍTULO VI – RESPONSABILIDADE DE PROTEGER..... 309

6.1 Das intervenções humanitárias à responsabilidade de proteger.....	309
6.2 Introdução à responsabilidade de proteger.....	317
6.2.1 Segurança humana.....	320
6.2.2 Superação da ideia de intervenção humanitária.....	324
6.3 Responsabilidade de prevenir.....	329
6.4 Responsabilidade de reagir.....	335
6.4.1 Autoridade competente.....	337
6.4.2 Causa justa.....	343
6.4.3 Intenção correta.....	346
6.4.4 Último recurso.....	347
6.4.5 Meios proporcionais.....	348
6.4.6 Prospectos razoáveis.....	348
6.5 Responsabilidade de reconstruir.....	349
6.6 Dimensão operacional.....	353
6.7 Vontade política interna e internacional.....	356
6.8 Evolução recente do conceito.....	358
6.8.1 Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança (2004)....	358
6.8.2 Assembleia dos Estados Partes do Estatuto de Roma (desde 2005)...	259
6.8.3 Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e Governo (2005).....	360
6.8.4 Conselho de Segurança das Nações Unidas (2006 e 2007).....	362
6.8.5 Corte Internacional de Justiça (2007).....	368
6.8.6 Secretário-Geral das Nações Unidas (2009 e 2010).....	369
6.8.7 Assembleia Geral das Nações Unidas (2009 e 2010).....	375
6.8.8 Próximos passos.....	378
6.9 Apontamentos finais.....	381

## CONCLUSÃO..... 385

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 397